

A voz dos estudantes pela valorização do Ensino Superior e do Movimento Estudantil

O Ensino Superior desempenha um papel fundamental na nossa sociedade, contribuindo de forma determinante, quer para o desenvolvimento pessoal, quer para o progresso social. A pandemia demonstrou que a resposta a grandes desafios se encontra cada vez mais dependente do conhecimento científico. Porém, para produzir investigação e conhecimento é imprescindível apostar cada vez mais na qualificação superior e, em simultâneo, nas condições para a fixação do capital humano qualificado em Portugal.

O caminho percorrido ao longo das últimas décadas mostra-nos que o acesso à educação, incluindo os seus níveis superiores, se constituiu enquanto principal fator de mobilidade social. No entanto, os incentivos associados ao ingresso no Ensino Superior, bem como a valorização familiar e social, têm vindo a ser ameaçados por duas circunstâncias às quais deve ser dada atenção: um desequilíbrio crescente entre a mão de obra disponível e o mercado de trabalho e um desajustamento notório entre qualificações e remunerações.

A conjuntura atual, marcada pelos riscos de aumento do desemprego jovem e dificuldades acrescidas no acesso ao primeiro emprego, pode contribuir para uma desvalorização da frequência do Ensino Superior. Neste sentido, as reformas que vierem a ser empreendidas ao longo dos próximos anos serão determinantes para o papel que este nível de ensino vai desempenhar na nossa sociedade e, por consequência, na forma como é percecionado pelos alunos do ensino secundário e pelos seus agregados familiares.

Na defesa deste papel, bem como dos interesses e expectativas dos estudantes do Ensino Superior, encontram-se as Federações e Associações Académicas e de Estudantes. São sinónimo da participação diária, cívica e política, dos jovens e dos estudantes nas suas diversas esferas de atuação – da política educativa, ao emprego e habitação jovem, passando pelo desporto, responsabilidade social, cultura e empreendedorismo. O associativismo estudantil é, assim, indispensável ao Ensino Superior e ao funcionamento do sistema.

A manutenção da capacidade de resposta do tecido associativo estudantil, quer em matéria de representação, quer nas competências que exercem noutros âmbitos, como o desporto universitário, dependem da manutenção da sua sustentabilidade financeira. Neste aspeto, são várias as dificuldades que ainda decorrem do impacto da pandemia, incluindo, em alguns casos, a dificuldade em assegurar volumes razoáveis de autofinanciamento por via de contratos de arrendamento.

O mesmo aconteceu com muitas IES, que com a pandemia ficaram financeiramente expostas à incerteza e, simultaneamente, obrigadas à sucessiva implementação de



medidas que permitam continuar a atividade letiva e preparar a adaptação e transição para modelos de ensino-aprendizagem no pós-pandemia.

A relevância que vier a ser atribuída ao papel desempenhado pelas IES e a valorização do movimento associativo estudantil tornarão o setor mais forte, participativo e dinâmico. É sob este contexto que as Federações e Associações Académicas e de Estudantes, reunidas no Encontro Nacional de Direções Associativas, decorrido em Guimarães, nos dias 5 e 6 de março de 2022, deliberam:

1. Manter o Ensino Superior e Ciência enquanto área ministerial, ao invés de promover uma tutela única, que agregue Educação, Ensino Superior e Ciência, pois dessa forma, setores com a relevância do Ensino Superior e também da Ciência poderiam acabar secundarizados pela dimensão e especificidades que caracterizam a Educação.
2. Reforçar a articulação interministerial entre os setores da Educação e do Ensino Superior, de modo que os alunos que frequentam o Ensino Secundário se encontrem devidamente preparados para o ingresso no Ensino Superior.
3. Formalizar um novo acordo de financiamento plurianual, que além de conferir estabilidade orçamental às IES, reflita os compromissos assumidos no âmbito do PRR e o conseqüente reforço adicional e efetivo das dotações globais disponíveis para o setor, relevando o Ensino Superior e Ciência enquanto prioridades na ação governativa.
4. Retomar uma tutela exclusiva para a área da Juventude na orgânica do Governo, retomando-se uma Secretaria de Estado para a Juventude e, por consequência, voltar a desagregar as áreas da juventude e desporto na organização dos institutos públicos.
5. Promover uma diferenciação entre associativismo estudantil e associativismo juvenil, tendo em consideração as significativas diferenças que caracterizam o funcionamento, bem como a finalidade, de ambas as expressões do movimento associativo, que se traduza depois do ponto de vista prático, em medidas como a incrementação do apoio financeiro afeto às despesas de representação estudantil no Plano de Apoio Estudantil, destinado às Associações de Estudantes do Ensino Superior.
6. Garantir que a transferência dos apoios financeiros contratualizados, ordinários ou extraordinários, se processe de forma transparente e no estrito cumprimento das fórmulas de cálculo do apoio financeiro e dos prazos previstos na Lei e/ou definidos em contratos programa dela decorrentes.
7. Assegurar o cumprimento dos diferentes tipos de apoio que devem ser prestados às Associações de Estudantes, previstos no Regime Jurídico do Associativismo Jovem (RJAJ), sejam financeiros ou ao nível de equipamentos e infraestruturas, permitindo que as Associações possam usufruir de espaços dignos cedidos a título gratuito para atendimento ao estudante e trabalho em equipa e colaborar na gestão de salas de convívio, bares, entre outros, assim como prever a utilização gratuita de infraestruturas desportivas pelas Associações como forma



de apoio à promoção do desporto universitário. Embora previsto no RJAJ, estas considerações devem ser consagradas no RJIES aquando da sua revisão.

8. Criar programas que tenham como destinatários as Associações de Estudantes fomentando a abertura e a cooperação entre Associações de Estudantes do Ensino Básico e Secundário e Associações de Estudantes do Ensino Superior, constituindo um mecanismo de formação de dirigentes e permitindo a realização de ações que trabalhem o contexto de ensino, como a transição do secundário para o ensino superior.
9. Constituir um grupo de trabalho, participado pelos diferentes atores representativos do sistema de Ensino Superior, dedicado ao desenvolvimento de uma proposta de “Estatuto do Estudante do Ensino Superior” que venha suprir desigualdades de tratamento para situações semelhantes, em diferentes IES, por ausência de um diploma legal que consagre os direitos e as obrigações reconhecidos aos estudantes no âmbito da frequência do ensino superior e que valorize a participação ativa no associativismo estudantil, desde logo com o estrito cumprimento dos direitos assegurados ao dirigente associativo.

Proponente: FAP

Destinatários: MCTES, SEJD, Partidos políticos com representação parlamentar, CRUP, CCISP, APESP